

O combate à corrupção é essencial para a sobrevivência no mercado, concluíram convidados e participantes do workshop “Avaliação de Riscos de Corrupção”, promovido no início de setembro (6) no Rio de Janeiro pela [Rede Brasil do Pacto Global e parceiros](#).

Com cerca de 100 participantes de pequenas, médias e grandes empresas, o evento tratou da urgência que o setor privado precisa ter para seguir as exigências da Lei Anticorrupção. O encontro também apresentou e discutiu o Guia de Avaliação de Risco de Corrupção, produzido pelo Pacto Global da ONU e pela consultoria Deloitte.

O evento foi promovido em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Sistema FIRJAN).

Para o presidente da Rede Brasil do Pacto Global, André Oliveira, o workshop teve o propósito de capacitar pequenas e médias empresas (PMEs), assim como as grandes, naquilo que há de mais sofisticado em avaliação de riscos.

“Mesmo nas grandes, é difícil atingir um nível de excelência, o que significa um desafio para PMEs. Entre as empresas signatárias da Rede Brasil, metade são pequenas e médias, e isso nos confere um dever de casa interno”, afirmou.

Além do décimo princípio do Pacto Global, ele citou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 16, que prevê a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, e a meta 16.5, que prevê reduzir e combater de forma efetiva a corrupção em todas as suas formas.

Oliveira citou ainda dados sobre a corrupção em escala global. “Segundo dados da sede do Pacto Global da ONU, a corrupção é a terceira maior indústria do mundo. (...) São grandes obstáculos ao desenvolvimento em todo o mundo”, ressaltou.

A gerente-geral da diretoria jurídica da FIRJAN, Gisela Gadelha, declarou que a instituição tem prestado apoio às indústrias, sensibilizando-as sobre a importância de seguirem as leis.

Segundo o coordenador do grupo de trabalho anticorrupção da Rede Brasil do Pacto Global, Reynaldo Goto, o auditório cheio da FIRJAN comprovou o protagonismo das empresas em relação à temática.

“Apesar de já termos um arcabouço jurídico, há muito a ser feito”, disse, referindo-se à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13), considerada uma das legislações mais rigorosas e avançadas do mundo.

Responsável pelo treinamento, a sócia de gestão de riscos e líder do Centro de Governança Corporativa da Deloitte, Camila Araújo, apresentou os impactos da lei no ambiente corporativo, bem como programas de compliance e metodologia de avaliação dos riscos baseada no Guia de Avaliação de Risco de Corrupção.

Ela citou alguns atos lesivos considerados naturais dentro da cultura corporativa, como vantagens indevidas ou entrega de benefícios a agentes públicos ou terceiros. “Propina, patrocínios e doações que não se consegue explicar, entre outros. É preciso rastrear todas as práticas da empresa, para que elas aconteçam dentro do rigor da lei”, disse.

“O fortalecimento dos programas de governança corporativa é uma cobrança do mercado e da sociedade por mais transparência e ética”, destacou. “Nem todas as empresas têm os mesmos recursos. Por isso, é importante foco”.

Fonte: [Nações Unidas do Brasil](#), em 13.09.2016.